

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

**Demonstrações financeiras referentes
aos exercícios findos em 31 de dezembro
de 2022 e 2021 e relatório dos auditores
independentes sobre as demonstrações
financeiras.**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, bem como sumário do trabalho que a Rodovias dos Lagos S.A. – (“CCR Via Lagos” ou “Companhia” ou “Concessionária”) vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

1.2 Apresentação

A Companhia foi constituída em 10 de dezembro de 1996, tendo como objetivo principal realizar sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruama-São Pedro D’Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente (Governo do Estado do Rio de Janeiro) pela outorga da concessão.

1.3 Destaques do ano de 2022

No ano de 2022 a Companhia implantou 4 cabines de autoatendimento para pagamentos com cartão por aproximação na Praça de Pedágio, sendo duas cabines em cada sentido. Esta inovação proporcionou agilidade e fluidez na passagem dos veículos pela Praça de Pedágio. Foi a empresa pioneira nesta modalidade de pagamento no Grupo CCR e em 2022, 296 mil veículos utilizaram esta forma de pagamento.

2. Estratégia e gestão

2.1 Governança corporativa

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A composição da alta gestão busca valorizar o equilíbrio e a igualdade de oportunidades durante os processos de tomada de decisão. Por isso, todos os acionistas controladores têm participação efetiva no Conselho de Administração, aprovando medidas de forma coletiva.

2.2 Gestão de Pessoas

A política de gestão de pessoas da Companhia está pautada na valorização do capital humano e crença da capacidade criativa, realizadora e transformadora das pessoas, propiciando por meio do clima organizacional, qualificações e oportunidade, o caminho para o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores. A quantidade de colaboradores próprios em 2022 foi em média de 131.

3. Desempenho econômico e financeiro

3.1 Desempenho

As tarifas de pedágio cobradas pela Companhia são definidas pela AGETRANSP, e são reajustadas anualmente no mês de agosto. Em 2022, a Tarifa Básica de Pedágio (TBP) foi reajustada de R\$ 14,70 para R\$ 17,30 e Tarifa Básica com Adicional (TBA) foi reajustada de R\$ 24,50 para R\$ 28,80.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu o valor de R\$ 177.428 com as atividades de transporte rodoviário e receitas acessórias, um acréscimo de 20,38% sobre a obtida em 2021. Esta variação é explicada pelo maior fluxo de veículos na rodovia e pelo reajuste das tarifas de pedágio ocorridas em agosto de 2022.

Neste mesmo ano a Companhia apurou EBITDA no valor de R\$ 109.826, superior em 18,77% e lucro líquido no valor de R\$ 49.525, superior em 6,96% quando comparados com o ano de 2021. Estes acréscimos são explicados pelas maiores receitas operacionais realizadas em 2022.

No ano de 2022, foram realizados R\$ 15.729 em investimentos, destacando-se o investimento em recapeamento e sinalização da rodovia. Em 2022 foram realizados investimentos em manutenções das drenagens, nas contenções e terraplenos e na recuperação do pavimento e sinalização horizontal.

Foi realizado em 2022 o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no valor de R\$ 47.622, sendo R\$ 8.161 relativos ao lucro não distribuído dentro de 2021, R\$ 38.227 referente ao lucro líquido apurado de janeiro a outubro de 2022 (dividendos intermediários) e R\$ 1.234 referente a juros sobre capital próprio.

4. ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA-CCR) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, e estando a gestão desta estratégia a cargo da Vice-Presidência de Governança, Riscos, *Compliance* e Auditoria Interna também responsável pela área de ESG. A atuação do CA-CCR, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. Em 2022, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 12ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, possuímos *rating* A no MSCI, nota B no CDP e Selo Ouro no GHG *Protocol* desde 2013.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em

linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.1 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade;
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável;
- *Disclosure Insight Action* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor;
- *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa;
- *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores de acordo com cada setor;
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais; e
- Movimento Ambição *Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.

4.2 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando a transformação social nas regiões onde atua.

Apoia projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e por meio dos programas proprietários, como o Caminhos para a Cidadania, que está presente em mais de 1.600 escolas e forma mais de 3 mil professores, e o Caminhos para a Saúde, que oferece atendimentos de saúde a caminhoneiros, motociclistas, passageiros, ciclistas e clientes de

metrô somando 49 mil atendimentos em 2022. O foco do Instituto CCR é a transformação social por meio de iniciativas de cultura, educação, esporte e saúde. Somente em 2022, foram aplicados R\$ 49 milhões em projetos sociais. Saiba mais em www.institutoccr.com.br

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2022, a Companhia foi destaque pelo sétimo ano consecutivo na 25ª Pesquisa CNT de Rodovias da Confederação Nacional do Transporte, recebendo status “bom” em todos os quesitos avaliados: Estado Geral, Pavimento, Sinalização e Geometria.

Em 2022, a Companhia trabalhou de maneira integrada à visão estratégica de sustentabilidade do Grupo CCR para promover a geração de valor e o desenvolvimento sustentável. Entre as principais iniciativas desenvolvidas estão o Programa Caminhos Para a Cidadania, que promove a formação continuada do professor do 1º ao 5º ano por meio de cursos *on line*, materiais digitais e estratégias pedagógicas pautadas na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que abordam temas como cidadania, diversidade, educação financeira, segurança no trânsito, preservação do meio ambiente e saúde mental, proporcionando qualificação de educadores para melhorar a qualidade do ensino em sala de aula. Em 2022, pela Companhia, o programa atendeu a 202 professores e mais de 5 mil alunos.

5. Considerações finais

5.1 Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transporte Aquaviário, Ferroviário e Metroviário e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP), aos usuários, financiadores e instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados pela Concessionária em 2022.

5.2 Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

5.3 Declaração da Diretoria

A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Rio Bonito, 16 de março de 2023.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Rio Bonito - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 2 (g), 2(n) e 12 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Durante o exercício de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 3.972 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na rodovia sob concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A administração da Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.– Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.– Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia é parte em diversas ações civis públicas, bem como em processos que tramitam no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (“TCE/RJ”), questionando a validade do 8º e 10º aditivos contratuais celebrados entre a Companhia e o Poder Concedente. Tais aditivos, tratam, substancialmente, da extensão do prazo de concessão da Companhia por mais 15 anos (até janeiro de 2037), em função de desequilíbrios contratuais.

Em 24 de agosto de 2022, o Plenário do TCE/RJ entendeu, por unanimidade, pela possibilidade de prorrogação do prazo do contrato de concessão da Companhia, como forma de promover o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alyster Suusmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

		2022	2021			2022	2021
Ativo	Nota			Passivo	Nota		
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	28.457	16.100	Debêntures	14	230.740	9.040
Aplicações financeiras	6	4.124	2.597	Passivo de arrendamento	13b	71	33
Contas a receber	7	9.899	7.813	Fornecedores	15	5.492	4.010
Contas a receber - partes relacionadas	10	5.390	880	Fornecedores - partes relacionadas	10	523	961
Tributos a recuperar		973	358	Imposto de renda e contribuição social		7.676	5.368
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	286	286	Impostos e contribuições a recolher		2.552	3.101
Despesas antecipadas e outros		592	607	Obrigações sociais e trabalhistas		4.289	2.998
				Obrigações com o Poder Concedente		89	74
				Outras contas a pagar		340	72
Total do ativo circulante		49.721	28.641	Total do passivo circulante		251.772	25.657
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Debêntures	14	-	213.666
Contas a receber - partes relacionadas	10	723	1.054	Passivo de arrendamento	13b	29	9
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	6.598	6.884	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8b	5.805	6.586
Depósitos judiciais		421	421	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	16	125	90
				Fornecedores	15	314	284
		7.742	8.359	Obrigações sociais e trabalhistas		738	484
				Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	-	530
				Total do passivo não circulante		7.011	221.649
Imobilizado	11	9.430	9.743	Patrimônio líquido			
Intangível	12	215.532	220.895	Capital social	17a	12.550	12.550
Infraestrutura em construção	12	2.640	4.103	Reservas de lucros	17b, 17c e 17d	13.829	11.926
Direito de uso em arrendamento	13a	97	41			26.379	24.476
Total do ativo não circulante		235.441	243.141	Total do passivo e patrimônio líquido		285.162	271.782
Total do ativo		285.162	271.782				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	18	163.763	139.668
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(3.655)	(7.214)
Provisão de manutenção		-	(722)
Depreciação e amortização	11, 12 e 13	(8.157)	(7.905)
Custo da outorga	9	(286)	(286)
Serviços		(18.939)	(12.642)
Custos com pessoal		(8.766)	(7.686)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.771)	(2.149)
Outros		(3.138)	(2.420)
		<u>(44.712)</u>	<u>(41.024)</u>
Lucro bruto		<u>119.051</u>	<u>98.644</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(7.712)	(4.228)
Serviços		(4.613)	(7.058)
Materiais, equipamentos e veículos		(383)	(322)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(618)	(518)
Água, luz, telefone, internet e gás		(786)	(692)
Reversão da provisão de perda esperada - contas a receber		(47)	1
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(127)	(103)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(1.104)	(805)
Despesas legais e judiciais		(48)	(728)
(Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	16	(35)	2.260
Impostos, taxas e despesas com cartório		(56)	(788)
Outros		(1.853)	(1.098)
		<u>(17.382)</u>	<u>(14.079)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		101.669	84.565
Resultado financeiro	19	<u>(27.756)</u>	<u>(15.670)</u>
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		73.913	68.895
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(24.388)</u>	<u>(22.591)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>49.525</u>	<u>46.304</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	49.525	46.304
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>49.525</u></u>	<u><u>46.304</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro 2021		12.550	2.510	1.255	1.390	5.036	-	22.741
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	46.304	46.304
Destinações:								
Distribuição de dividendo adicional proposto em 27 de abril de 2021		-	-	-	-	(5.036)	-	(5.036)
Distribuição de reserva de retenção de lucros em 27 de abril de 2021		-	-	-	(1.390)	-	-	(1.390)
Distribuição de dividendos intermediários em 23 de novembro de 2021		-	-	-	-	-	(37.392)	(37.392)
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2021 (líquido)		-	-	-	-	-	(638)	(638)
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2021 (IRRF)		-	-	-	-	-	(113)	(113)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	8.161	-	(8.161)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>12.550</u>	<u>2.510</u>	<u>1.255</u>	<u>8.161</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24.476</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	49.525	49.525
Destinações:								
Distribuição de dividendo adicional proposto em 25 de abril de 2022	17d	-	-	-	(8.161)	-	-	(8.161)
Distribuição de dividendos intermediários em 21 de novembro de 2022	17e	-	-	-	-	-	(38.227)	(38.227)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (líquido)	17f	-	-	-	-	-	(1.049)	(1.049)
Juros sobre capital próprio em 12 de dezembro de 2022 (IRRF)	17f	-	-	-	-	-	(185)	(185)
Reserva de retenção de lucros	17d	-	-	-	10.064	-	(10.064)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>12.550</u>	<u>2.510</u>	<u>1.255</u>	<u>10.064</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.379</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	49.525	46.304
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(781)	2.918
Apropriação de despesas antecipadas	286	286
Depreciação e amortização	8.087	7.875
Depreciação - arrendamento	70	30
Baixa de ativo imobilizado e intangível	150	-
Juros e variação monetária sobre debêntures	32.553	15.920
Capitalização dos custos de debêntures	(673)	(418)
Constituição (reversão) da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	115	(1.503)
Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber	47	(1)
Constituição da provisão de manutenção	-	722
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	308
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	9	6
Atualizações monetárias sobre riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14	38
Juros sobre impostos parcelados	-	1.157
Rendimento de aplicação financeira	(525)	1.041
	88.877	74.683
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) dos ativos		
Contas a receber	(2.133)	(2.705)
Contas a receber - partes relacionadas	(4.179)	(386)
Tributos a recuperar	(615)	(235)
Despesas antecipadas e outras	15	(208)
Adiantamento a fornecedores	-	4
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	1.512	(40)
Fornecedores - partes relacionadas	(968)	163
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	24.347	20.119
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(22.588)	(18.983)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.545	1.058
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(94)	(795)
Realização provisão de manutenção	-	(10.001)
Obrigações com o poder concedente	15	14
Outras contas a pagar	268	52
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	86.002	62.740
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.722)	(2.043)
Adições ao ativo intangível	(4.500)	(7.344)
Outros de ativo intangível	5.797	755
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(1.002)	2.150
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.427)	(6.482)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures		
Pagamentos de juros	(24.519)	(10.645)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(47.622)	(44.569)
Arrendamento		
Pagamentos de principal	(77)	(35)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(72.218)	(55.249)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	12.357	1.009
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	16.100	15.091
No final do exercício	28.457	16.100
	12.357	1.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (“Companhia”), constituída em 10 de dezembro de 1996, tem como objetivo principal realizar, sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito-Araruama-São Pedro D’Aldeia (RJ-124). A concessão prevê a prestação de serviços aos usuários e obras de recuperação, ampliação, manutenção, conservação e operação da RJ-124 mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente pela outorga da concessão. O endereço registrado da sede está localizado na Rodovia RJ 124, Km 22, Bairro Latino Melo, município Rio Bonito, estado do Rio de Janeiro

O prazo de concessão inicial de 25 anos, contados a partir de janeiro de 1997, foi aditado entre a Concessionária e o Poder Concedente, por meio do 8º Termo Aditivo Contratual, estendendo por mais 15 anos a concessão (até janeiro de 2037) e, posteriormente, por mais 10 anos (até janeiro de 2047), por meio do 10º Termo Aditivo para reduzir a tarifa de pedágio e incluir cerca de R\$ 200 milhões de investimentos para melhoria da infraestrutura da rodovia. São eles: a implantação do dispositivo metálico de separação de pistas; alargamento da plataforma da rodovia; novos sistemas de drenagem e sinalização, implantação de passarelas; construção de retornos e travessias de pedestres.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.
- **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato**

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

1.1. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente:

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i. Ações Populares e Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ – 8º e 10º aditivos contratuais

Em 19 de outubro de 2019 foi distribuída Ação Popular questionando a validade de aditivos contratuais 8º e 10º, celebrados pela Companhia que reequilibraram o contrato de concessão por meio da extensão de prazo, tendo como Réus a concessionária, o Estado do Rio de Janeiro, o DER-RJ, a AGETRANSP bem como determinadas pessoas físicas. A concessionária foi citada em 8 de julho de 2020. Alega o autor popular, em resumo, violação ao princípio licitatório e princípio da temporalidade da concessão.

Em face da decisão que indeferiu o requerimento de tutela de urgência cautelar incidental formulado pelo Autor Popular foi apresentado o agravo de instrumento em 3 de julho de 2020, para o qual o TJ/RJ não concedeu o efeito suspensivo pleiteado. Em 8 de julho de 2021, foi proferido acórdão negando provimento ao agravo de instrumento do Autor Popular.

Na 1ª instância, o Estado do Rio de Janeiro, o DER-RJ e a AGETRANSP apresentaram a contestação em 18 de agosto de 2020, defendendo plena a validade dos aditivos contestados pelo Autor Popular. Em 27 de agosto de 2020, a concessionária apresentou a sua contestação.

Em 22 de fevereiro de 2021, o autor popular apresentou manifestação (i) requerendo a continuidade da demanda independentemente de um posicionamento do Ministério Público, uma vez que as Promotorias de Justiça intimadas a atuar como *custos legis* informaram não possuir competência e (ii) reiterando seu pedido de tutela de urgência cautelar incidental. Em 16 de março de 2021, foi proferido despacho determinando a manifestação do Ministério Público oficiante do Juízo. Em 21 de maio de 2021, foi proferido despacho determinando a manifestação das partes em provas. A Companhia apresentou embargos de declaração do referido despacho para esclarecer omissões. Aguarda julgamento.

Os referidos aditivos são também questionados por meio da Ação Popular n.º 0014659-83.2017.8.19.0011. Nesta ação a contestação foi apresentada em 2 de agosto de 2018. Em 20 de julho de 2020, a Companhia foi citada, tendo apresentado petição ratificando a contestação. Em 31 de julho de 2020, o Estado do Rio de Janeiro e o DER/RJ foram citados. Em 28 de outubro de 2020, foi proferido despacho certificando o decurso do prazo para o DER/RJ contestar e determinando a manifestação do Autor Popular.

Em 4 de março de 2021, o Ministério Público apresentou manifestação (i) requerendo a decretação da revelia do DER/RJ, (ii) pugnando pela intimação das partes para que se manifestem sobre os documentos acostados pelo TCE/RJ, (iii) reiterando seu parecer anterior e (iv) requerendo que a documentação acostada pelo TCE/RJ ao processo seja examinada na prova pericial requerida. Em 21 de maio de 2021, o Ministério Público apresentou manifestação requerendo a retificação da decisão para que seja indicado um perito judicial. Em 8 de junho de 2021, a Companhia opôs embargos de declaração contra a decisão supramencionada e apresentou sua manifestação sobre os documentos acostados pelo TCE/RJ. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos referidos embargos.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 4 de fevereiro de 2022, foi proferida decisão para que as partes apresentem quesitos e indiquem assistentes técnicos, o que foi cumprido pela Companhia. Em 24 de fevereiro de 2022, o Autor Popular requereu, no âmbito da Ação Popular, a suspensão da realização da prova pericial. Em 28 de fevereiro de 2022, a Companhia apresentou impugnação em face do pedido do Autor Popular e, em seguida o Estado apresentou seus quesitos e assistente técnico.

Em 3 de outubro de 2022, assim como a Companhia, o Ministério Público se manifestou requerendo o indeferimento do pedido autoral de suspensão da produção de prova pericial até a conclusão, pelo TCE-RJ, da auditoria sobre a economicidade da extensão do prazo da concessão.

Em 5 de outubro de 2022, a Companhia apresentou petição informando fato novo, a saber, a prolação de acórdão pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, reconhecendo a possibilidade de extensão do prazo do contrato de concessão da Companhia. Aguarda-se apreciação do juízo.

Referidos aditivos contratuais também são objeto de processos que tramitam perante o TCE/RJ. Em 2 de fevereiro de 2022, o TCE/RJ proferiu decisões (i) determinando a instauração de Auditoria Extraordinária para fins de subsidiar o exame do 8º Termo Aditivo, e os termos que o sucederam, bem como (ii) decretando o sobrestamento do reequilíbrio econômico-financeiro empreendido desde a celebração do 8º Termo Aditivo, concluindo pela ilegalidade da extensão do prazo do Contrato de Concessão n.º 43/1996, decisão essa passível de recurso, com efeito suspensivo.

Em 24 de agosto de 2022, o Plenário do TCE/RJ entendeu, por unanimidade, pela possibilidade de prorrogação do prazo do contrato de concessão da Companhia, como forma de promover o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste – reformando-se, assim, a decisão anterior proferida em 2 de fevereiro de 2022.

A despeito disso, o Plenário entendeu que seria necessário remeter essa análise para a auditoria extraordinária governamental que será conduzida nos autos do processo administrativo TCE-RJ n.º 100167-4/2012.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes deste processo, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários, adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance; e (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação do serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que prevê as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “n”.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

o) Arrendamento

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "direito de uso de arrendamento" e passivos de arrendamento em "arrendamento" no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

p) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022:

- **Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06) após 30 de junho de 2021**

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A alteração estendeu a disponibilidade do expediente prático de aplicação às concessões de aluguel para que qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

- **Contratos onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)**

As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foi considerado tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022.

q) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 e CPC23;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23;
- Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23;
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; e
- Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 16 de março de 2023, foi autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3n - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1). As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

7	Provisão para perda esperada
8b	Impostos diferidos
12	Amortização dos ativos intangíveis
16	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
20	Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 10, 14 e 21.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos
Debêntures (a)	248.242	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	523	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	5.832	282	32
Obrigações com Poder Concedente	89	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 2022, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 202.051, substancialmente composto por debêntures, conforme mencionado na nota explicativa n.º 14. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	2.032	1.851
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>26.425</u>	<u>14.249</u>
Total - Caixa e equivalentes	<u><u>28.457</u></u>	<u><u>16.100</u></u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	<u>4.124</u>	<u>2.597</u>
Total - Aplicações financeiras	<u><u>4.124</u></u>	<u><u>2.597</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,86% do CDI, equivalente a 12,41% a.a., em 31 de dezembro de 2022 (99,73 % do CDI, equivalente a 4,38% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas de pedágio (a)	9.897	7.639
Receitas acessórias (b)	121	246
	<u>10.018</u>	<u>7.885</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(119)	(72)
	<u>9.899</u>	<u>7.813</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Créditos a vencer	9.899	7.813
Créditos vencidos há mais de 180 dias	119	72
	<u>10.018</u>	<u>7.885</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e
- (c) Reflete a perda esperada referente aos créditos a receber.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	73.913	68.895
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(25.130)	(23.424)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivo relativo ao imposto de renda	672	587
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(186)	224
Despesas ineditáveis	(185)	(255)
Juros sobre capital próprio	419	255
Outros ajustes tributários	<u>22</u>	<u>22</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(24.388)</u>	<u>(22.591)</u>
Impostos correntes	(25.169)	(19.673)
Impostos diferidos	<u>781</u>	<u>(2.918)</u>
	<u>(24.388)</u>	<u>(22.591)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,00%</u>	<u>32,79%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2022</u>				
	<u>2021</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>	<u>Passivo fiscal diferido</u>
Provisão para participação nos resultados (PLR)	264	253	517	517	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	25	90	115	115	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	30	12	42	42	-
Arrendamento	1	-	1	1	-
Diferenças temporárias - lei n.º 12.973/2014 (a)	(2.275)	91	(2.184)	-	(2.184)
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e Cofins	83	125	208	208	-
Ajuste a valor presente	(263)	(79)	(342)	-	(342)
Capitalização de juros	(4.345)	(51)	(4.396)	-	(4.396)
Custo de transação de debêntures	(304)	190	(114)	-	(114)
Outros	198	150	348	348	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(6.586)	781	(5.805)	1.231	(7.036)
Compensação de imposto	-	-	-	(1.231)	1.231
Imposto diferido líquido passivo	<u>(6.586)</u>	<u>781</u>	<u>(5.805)</u>	<u>-</u>	<u>(5.805)</u>

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	Reconhecido no resultado	2021		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(290)	554	264	264	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	25	-	25	25	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	799	(769)	30	30	-
Provisão de manutenção	3.051	(3.051)	-	-	-
Diferenças temporárias - lei n.º 12.973/2014 (a)	(2.366)	91	(2.275)	-	(2.275)
Tributos com exigibilidade suspensa - PIS e Cofins	-	83	83	83	-
Ajuste a valor presente	(200)	(63)	(263)	-	(263)
Capitalização de juros	(4.371)	26	(4.345)	-	(4.345)
Custo de transação de empréstimos	(489)	185	(304)	-	(304)
Outros	173	26	199	199	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(3.668)	(2.918)	(6.586)	601	(7.187)
Compensação de imposto	-	-	-	(601)	601
Imposto diferido líquido passivo	(3.668)	(2.918)	(6.586)	-	(6.586)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo n.º 69 da lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	2022	2021
Circulante	286	286
Não circulante	6.598	6.884
	<u>6.884</u>	<u>7.170</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 286 (R\$ 286 no exercício de 2021).

Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Saldos					
	2022			2021		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo						
Aplicações financeiras	-	560	560	-	-	-
Bancos conta movimento	-	7	7	-	-	-
Contas a receber	-	6.113	6.113	-	1.934	1.934
Passivo						
Fornecedor e contas a pagar	57	466	523	544	947	1.491
Debêntures	-	63.707	63.707	-	-	-

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações					
	2022			2021		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Despesas financeiras	-	4	4	-	-	-
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	5.310	1.537	6.847	-	-	-
Repasse de custos e despesas de colaboradores	165	2.225	2.390	-	1	1
Receitas	-	125	125	-	-	-
Receitas financeiras	-	520	520	-	-	-
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	68	68	-	-	-
Despesa de prestação de serviços - CCR GBS	726	-	726	2.809	-	2.809
Custos / despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	145	145	-	144	144
Custos / despesas de serviços prestados - equipamentos	-	32	32	-	3.870	3.870
Custos/despesas com infraestrutura	-	39	39	-	10	10
Custos /despesas - doações	-	574	574	-	143	143
Imobilizado	-	-	-	-	247	247

Despesas com profissionais chaves da Administração

	2022	2021
Remuneração (a):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.185	1.383
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	1.111	701
Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	836	110
Previdência privada	57	61
Seguro de vida	2	3
	<u>3.191</u>	<u>2.258</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2022	2021
Remuneração dos administradores (a)	1.224	840

(a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.079, na qual inclui salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Taxa média anual de amortização %	2021		2022		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		308.435	-	4.135	(4.497)	308.073
Direitos de uso de sistemas informatizados		2.396	-	58	-	2.454
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		545	966	(24)	-	1.487
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		290	-	-	-	290
Total do custo		311.666	966	4.169	(4.497)	312.304
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(88.560)	(5.786)	-	-	(94.346)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.921)	(215)	-	-	(2.136)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(290)	-	-	-	(290)
Total da amortização		(90.771)	(6.001)	-	-	(96.772)
Total do intangível		220.895	(5.035)	4.169	(4.497)	215.532
Infraestrutura em construção		4.103	3.972	(4.135)	(1.300)	2.640

	Taxa média anual de amortização %	2021		2022		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		308.435	-	4.135	(4.497)	308.073
Direitos de uso de sistemas informatizados		2.396	-	58	-	2.454
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		545	966	(24)	-	1.487
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		290	-	-	-	290
Total do custo		311.666	966	4.169	(4.497)	312.304
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(88.560)	(5.786)	-	-	(94.346)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.921)	(215)	-	-	(2.136)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(290)	-	-	-	(290)
Total da amortização		(90.771)	(6.001)	-	-	(96.772)
Total do intangível		220.895	(5.035)	4.169	(4.497)	215.532
Infraestrutura em construção		4.103	3.972	(4.135)	(1.300)	2.640

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de debêntures no montante de R\$ 438 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 328 em 31 de dezembro de 2021). A taxa média de capitalização em 2022 e 2021 foram, respectivamente, 12,42% a.a. e 6,58% a.a. (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures).

(*) Amortização pela curva de benefício econômico;

(a) Reclassificação entre o ativo imobilizado, ativo intangível e infraestrutura em construção; e

(b) Reembolso de sinistros no valor de R\$ 5.797.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Arrendamento

a. Direito de uso em arrendamento

	2021	2022		
	Saldo inicial	Adições / Remensuração	De preciação	Saldo final
Veículos	41	126	(70)	97
	41	126	(70)	97

b. Passivo de arrendamento

	2021	2022				Saldo final
	Saldo inicial	Adições / Remensuração	Reversão do ajuste a valor presente	Pagamentos	Transferências	
Circulante	33	61	9	(77)	45	71
Não circulante	9	65	-	-	(45)	29
	42	126	9	(77)	-	100

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 9,64% a.a. para contratos de arrendamentos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido como despesa de aluguel o montante de R\$ 53 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2021), decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma - não circulante

	2022
2024	29

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2022	Vencimento final		
						2022	2021
5ª Emissão - Série única	CDI + 2,80% A.A.	3,0762% (a)	1.658	335	Julho de 2023	230.740	222.706 (b)
Total geral				<u>335</u>		<u>230.740</u>	<u>222.706</u>
						2022	2021
Circulante							
Debêntures						231.075	9.600
Custos de transação						(335)	(560)
						<u>230.740</u>	<u>9.040</u>
Não Circulante							
Debêntures						-	214.000
Custos de transação						-	(334)
						<u>-</u>	<u>213.666</u>

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantias:

- (b) Não existem garantias.

A Companhia possui debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outras obrigações financeiras por ela firmadas. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

15. Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	5.487	4.003
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	<u>5</u>	<u>7</u>
	<u>5.492</u>	<u>4.010</u>
Não circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	<u>314</u>	<u>284</u>
	<u>314</u>	<u>284</u>

Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>2021</u>		<u>2022</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização de bases processuais e monetárias</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante						
Cíveis e administrativos	9	122	(7)	(94)	4	34
Trabalhistas e previdenciários	<u>81</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>91</u>
	<u>90</u>	<u>122</u>	<u>(7)</u>	<u>(94)</u>	<u>14</u>	<u>125</u>

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cíveis e administrativos	<u>1.535</u>	<u>983</u>
	<u>1.535</u>	<u>983</u>

A Companhia efetua depósitos judiciais para os processos em andamento e em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram contratações fianças judiciais (R\$ 1.129 em 31 de dezembro de 2021).

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 12.550, representado por 35.168.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 17.584.000 ordinárias e 17.584.000 preferenciais.

O capital da Companhia está assim distribuído:

	<u>2022</u>				<u>2021</u>			
	<u>Participação acionária</u>	<u>Capital social</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Capital social</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>
CCR S.A.	100,00%	12.550	17.584.000	17.584.000	99,99%	12.550	17.583.995	17.584.000
CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços	-	-	-	-	0,01%	0	5	-
	<u>100,00%</u>	<u>12.550</u>	<u>17.584.000</u>	<u>17.584.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>12.550</u>	<u>17.584.000</u>	<u>17.584.000</u>

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da lei n.º 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido.

c. Reserva estatutária

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da lei n.º 6.404/1976, até o limite de 10% do capital social, o qual já foi atendido.

d. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da lei n.º 6.404/1976. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, a ser aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 25 de abril de 2022, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Ordinária, o pagamento do saldo de lucros restantes após as destinações, no montante de R\$ 8.161, correspondente a R\$ 0,23207134782 por ação, inicialmente destinado à reserva de retenção de lucros. O pagamento foi realizado em 28 de abril de 2022.

e. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976).

Em 21 de novembro de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho da Administração, o pagamento de dividendos à conta de dividendos intermediários do exercício de 2022, no montante de R\$ 38.227 correspondentes a R\$ 1,08697099124 por ação, à conta da totalidade dos lucros apurados entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de outubro de 2022. O pagamento foi realizado em 30 de abril de 2022.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2022, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	49.525
(-) Constituição de reserva estatutária e legal	-
Lucro líquido ajustado	<u>49.525</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>12.381</u>
Total de juros sobre capital próprio pagos	(1.234)
Total dos dividendos pagos	<u>(38.227)</u>
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(39.461)

f. Juros sobre capital próprio

Em 12 de dezembro de 2022, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração, o destaque de juros sobre o capital próprio com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2021, (deduzido ou acrescido, pro *rata die* de eventuais movimentações ocorridas em 2022, exceto quanto ao resultado do próprio exercício), no valor bruto de R\$ 1.234, correspondentes a R\$ 0,03508315729 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 1.049 correspondente a R\$ 0,02982068358 por ação. Com pagamento realizado em 23 de dezembro de 2022, sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022, “*ad referendum*” da Assembleia Geral Ordinária que analisará as demonstrações financeiras deste exercício social.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receitas operacionais líquidas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas de pedágio	176.428	146.570
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	3.655	7.214
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	125	101
Receitas acessórias	875	725
Receita bruta	<u>181.083</u>	<u>154.610</u>
Impostos sobre receitas	(15.314)	(12.761)
Abatimentos	(2.006)	(2.181)
Deduções das receitas brutas	<u>(17.320)</u>	<u>(14.942)</u>
Receita operacional líquida	<u>163.763</u>	<u>139.668</u>

19. Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(32.553)	(15.920)
Juros sobre impostos parcelados	-	(1.157)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	(308)
Capitalização de custos dos empréstimos	673	418
Ajuste a valor presente - arrendamento	(9)	(6)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(319)	(399)
	<u>(32.208)</u>	<u>(17.372)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.900	1.275
Juros e outras receitas financeiras	552	427
	<u>4.452</u>	<u>1.702</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(27.756)</u>	<u>(15.670)</u>

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de Estratégia, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
	Nível		
Ativos			
Valor justo através do resultado			
Caixa e bancos	Nível 2	2.032	1.851
Aplicações financeiras	Nível 2	30.549	16.846
		<u>32.581</u>	<u>18.697</u>
Custo amortizado			
Contas a receber		9.899	7.813
Contas a receber - partes relacionadas		6.113	1.934
		<u>16.012</u>	<u>9.747</u>
Passivos			
Custo amortizado			
Debêntures (a)		(230.740)	(222.706)
Fornecedores e outras contas a pagar		(6.146)	(4.366)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas		(523)	(1.491)
Obrigações com o Poder Concedente		(89)	(74)
		<u>(237.498)</u>	<u>(228.637)</u>
		<u>(188.905)</u>	<u>(200.193)</u>

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2022		2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	231.075	234.024	223.600	232.016

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ (3) (4)	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI (2)	231.075	(18.383)	(22.041)	(25.646)
Efeito sobre debêntures		(18.383)	(22.041)	(25.646)
CDI (2)	30.830	4.154	5.192	6.229
Efeito sobre as aplicações financeiras		4.154	5.192	6.229
Total do efeito de ganho / (perda)		(14.229)	(16.849)	(19.417)
A taxa de juros considerada foi (1):				
CDI (2)		13,6500%	17,0600%	20,4700%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3, onde os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, consideramos o aumento da taxa CDI para calcular os cenários estresses.
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação também não consideramos os saldos de juros em 31/12/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Compromisso de investimento	66.556	57.144

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

22. Demonstração dos fluxos de caixa

a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Dividendos e juros sobre capital próprio</u>	<u>Arrendamento</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(222.706)	-	(42)	(222.748)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Pagamentos de principal e juros	24.519	-	77	24.596
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionistas	-	47.622	-	47.622
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	24.519	47.622	77	72.218
Outras variações				
Despesas com juros e variação monetária	(32.553)	-	-	(32.553)
Outras variações que não afetam o caixa	-	(47.622)	(127)	(47.749)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(9)	(9)
Total das outras variações	(32.553)	(47.622)	(136)	(80.311)
Saldo Final	<u>(230.740)</u>	<u>-</u>	<u>(101)</u>	<u>(230.841)</u>

Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente do Conselho
Pedro Paulo Archer Sutter	Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Presidente
Guilherme Motta Gomes	Diretor
Fausto Camilotti	Diretor

Contador

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0"S"RJ